

De 2000 a 2005 — coordenador chefe na área de auditoria a seguradoras e outras sociedades financeiras (DSIT);

1999 — chefe de equipa na área de inspecção a seguradoras e outras instituições financeiras (DSIT);

1991 — chefe de equipa do sector de seguros;

De 1990 a 1991 — chefe-adjunto ao sector financeiro com responsabilidade sobre o sector de seguros;

De 1989 a 1990 — chefia das equipas de trabalho constituídas no âmbito da fiscalização da Divisão de Fiscalização Interna da Direcção de Fiscalização de Empresas;

1980 — início de funções na DGCI.

5 — Actividades complementares:

Formador em acção de formação no domínio da actividade seguradora promovida pelo centro de formação da DGCI;

Representante da DSPIT/DSIT em grupos de trabalho, análise de relatórios, reuniões no estrangeiro, visitas de trabalho na vertente intercâmbios, recepção de delegações estrangeiras.

6 — Formação profissional — frequência de vários seminários e acções de formação desenvolvidas pela DGCI, centro de formação, ou por outros organismos, designadamente seminário de alta direcção no Instituto Nacional de Administração.

7 — Júri de concursos da DGCI:

Concurso de admissão de técnicos economistas estagiários;

Concurso de técnico economista principal.

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Despacho (extracto) n.º 12 967/2007

Por despacho de 23 de Março de 2007 do director-geral do Tesouro, no uso de competência própria, foi a licenciada Maria Helena Costa Luiz Conde Barroso Geraldes, titular do lugar de técnica superior do Tesouro especialista, da carreira técnica superior do Tesouro, do quadro da Direcção-Geral do Tesouro, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de coordenadora de núcleo de Contas de Clientes, equiparada a chefe de divisão do mesmo quadro, nomeada definitivamente em lugar de assessor do Tesouro principal, na mesma carreira e quadro, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugados com os n.ºs 1 e 2, alíneas a) e b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 419/99, de 21 de Outubro, com efeitos a partir de 23 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Março de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

Superintendência dos Serviços de Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Recrutamento e Selecção

Aviso n.º 11 368/2007

1 — Faz-se saber que, a partir da data de publicação deste aviso está aberto concurso nesta Repartição, nos termos estabelecidos na Lei do Serviço Militar e respectivo Regulamento e no Estatuto dos Militares das Forças Armadas, para admissão de cidadãos do sexo masculino e feminino voluntários para prestação de serviço militar em regime de contrato, na categoria de oficial.

2 — Podem concorrer os cidadãos que satisfaçam as condições de admissão e que se comprometam a servir na Marinha por um período mínimo de dois anos após a data do final do Curso de Formação Básica de Oficiais.

3 — Os documentos para admissão ao concurso deverão dar entrada no Centro de Recrutamento da Armada, Repartição de Recrutamento e Selecção, Instalações Navais de Alcântara, Praça da Armada, 1350-027 Lisboa, até às 16 horas e 30 minutos do dia 20 de Julho de 2007 (incorporação a 28 de Setembro de 2007).

4 — Para além das condições gerais constantes nas normas do concurso, os candidatos devem satisfazer as seguintes condições:

a) Ter idade não superior a 27 anos à data de 31 de Dezembro de 2007, para os cidadãos possuidores de habilitação académica com grau de licenciatura ou bacharelato;

b) Ter altura mínima de 1,60 m e 1,56 m, para os indivíduos dos sexos masculino e feminino respectivamente.

5 — Nos termos da legislação em vigor o regime de contrato tem a duração mínima de dois e máxima de seis anos.

6 — Discriminam-se as licenciaturas e bacharelatos para preenchimento das vacaturas nas respectivas classes:

Classe de técnicos superiores navais (habilitação com licenciatura): Informática ou Engenharia Informática ou Engenharia Informática e de Computadores (duas vagas); Engenharia Naval (duas vagas); Economia ou Contabilidade ou Gestão de Empresas (cinco vagas); Matemática (uma vaga); Engenharia Mecânica (duas vagas); Farmácia (uma vaga); Engenharia Têxtil (uma vaga); Línguas e Literatura — Variante Inglês (uma vaga); Direito (*) (duas vagas); Psicologia Clínica (uma vaga); Psicologia Social e das Organizações (uma vaga); pós-graduação em Ciências da Documentação (uma vaga);

Classe de técnicos navais (habilitação com bacharelato): Informática ou Engenharia Informática ou Engenharia Informática e de Computadores (duas vagas).

(*) Dá-se preferência aos candidatos que tenham tido, curricularmente, as cadeiras de Direito Marítimo e ou Direito do Mar.

Nota importante. — Só serão consideradas candidaturas à classe de técnicos navais as necessárias para o preenchimento das vagas não ocupadas pelos concorrentes a técnicos superiores navais.

7 — As normas contendo as condições de admissão e outras informações podem ser obtidas nos seguintes locais:

Centro de Recrutamento da Armada, Instalações Navais de Alcântara, Praça da Armada, 1350-027 Lisboa; telefone: 213945469; fax: 213945566; Número verde: 800204635 (chamada grátis);

Homepage: www.marinha.pt;

E-mail: cra@marinha.pt;

Gabinete de Divulgação e Informação da Marinha, Praça do Comércio, 1100-048 Lisboa; telefone: 213429408;

Capitanias e delegações marítimas;

Câmaras municipais e juntas de freguesia.

24 de Maio de 2007. — O Chefe da Repartição, *António Gil Parente de Carvalho*, capitão-de-mar-e-guerra SEA.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Despacho n.º 12 968/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar TCOR INF (05633683) Manuel António Rodrigues Galhanas, passe à situação de reserva, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 2285,66. Conta 29 anos, 6 meses e 23 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

2 de Abril de 2007. — O Comandante do Pessoal do Exército, por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Despacho n.º 12 969/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

Passagem à situação de reserva:

MAJ SGE (12670576) José Domingos Alves Nunes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Novembro de 2006.

Fica com a remuneração mensal de € 2416,34 — Conta 38 anos, 3 meses e 15 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

27 de Fevereiro de 2007. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração de Recursos Humanos, *Rui Manuel da Silva Rodrigues*, major-general.

Repartição de Pessoal Militar

Despacho n.º 12 970/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 15 de Maio de 2007, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de primeiro cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações